

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI**  
**CAMPUS: PROFESSOR ALEXANDRE ALVES OLIVEIRA**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANTONIA MARIA ARAUJO CARDOZO**

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A PRÁTICA EM SALA DE AULA**

**PARNAIBA**  
**2009**

**ANTONIA MARIA ARAUJO CARDOZO**

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A PRÁTICA EM SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Estadual do Piauí – UESPI/ 2009, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob orientação do Prof. Esp. Antonio Marcos Silva Costa.

**PARNAIBA**

**2009**

**ANTONIA MARIA ARAUJO CARDOZO**

**O ENSINO DE HISTÓRIA E A PRÁTICA EM SALA DE AULA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Estadual do Piauí – UESPI/2009, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob orientação do Prof. Esp. Antonio Marcos Silva Costa.

Parnaíba, 10 de julho de 2009

**BANCA EXAMINADORA.**

---

Professor (a).

---

Professor (a).

---

Professor (a).

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, a minha família e em especial a minha mãe Maria Araújo Cardoso, pela participação inquestionável em minha vida.

Agradeço ao professor especialista Antonio Marcos pelo apoio constante, força e paciência que teve durante a realização deste trabalho e a meus amigos Luciane Andrade, Sandrilene Borges, Yonária Cornélio, Reginaldo Moraes e Vamberto, pela grande contribuição intelectual e estímulo sempre que necessário, todos atuantes nesta instituição.

“Só uma coisa é certa: é preciso buscar. Buscar é saber olhar pela janela. Buscar é descobrir horizontes. Buscar é saber ler as fontes. Busca é também narrar, registrar. É assim que se faz a história. Talvez ai nesse horizonte expandido, comece a busca da identidade... Afinal, professor, você também escreve história! E seu aluno pode escrever?”

(NIKITIUK, 1996)

## **RESUMO**

Este trabalho procura abrir reflexões e um debate sincero e construtivo, no que diz respeito ao ensino de História e sua contribuição para a criticidade no Ensino Fundamental, a fim de valorizar esta disciplina, colaborar com o professor e proporcionar ao aluno uma aprendizagem mais prazerosa e conseqüente. Inicialmente discorre-se sobre o processo histórico da disciplina. Em seguida é feita uma análise sobre a prática docente e o ensino de História relatando como estes são capazes de formar consciências críticas, para tanto é feito uma discussão sobre o livro didático, a relação docente/discente e a postura da escola diante do ensino de História. Encerrando as discussões é falado sobre as indagações que afloram esta pesquisa e se as hipóteses aqui apontadas foram confirmadas.

**Palavras-Chaves:** História/ criticidade/ contextualização

## **ABSTRACT**

This work tries to open reflections and a sincere and constructive debate, in what he/she concerns the teaching of History and your contribution for the criticality in the Fundamental Teaching, in order to value this discipline, to collaborate with the teacher and to provide to the student a more pleased and consequent learning. Initially she discourse on the historical process of the discipline. Soon after it is made an analysis on the educational practice and the teaching of History telling as these they are capable to form critical consciences, for so much it is made a discussion on the text book, the relationship docente/discente and the posture of the school before the teaching of History. Containing the discussions is talked about the inquiries that level this research and if the hypotheses here pointed they were confirmed.

**Keys Word:** History/ criticality/ contextualisation

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	09
CAPÍTULO I	
O PROCESSO HISTÓRICO DA DISCIPLINA HISTÓRIA .....	11
CAPITULO II	
O ENSINO DE HISTÓRIA E SEUS AGENTES DE PARTICIPAÇÃO .....	16
2.1 O livro didático.....	17
2.2 Relação professor / aluno / escola .....	18
2.3 As perspectiva do ensino .....	21
CAPÍTULO III	
DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA .....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	37
APÊNDICE	

## INTRODUÇÃO

O desafio para quem ensina História parece ser a explicitação da razão de ser da disciplina, onde se busca atender aos anseios dos jovens que fazem inúmeras perguntas, como “Porque estudar História? Porque o passado se o presente é o que importa?”. É de opinião de todos que é através da educação que encontra-se a solução para os problemas de ordem política, econômica e social. A atual sociedade mostra que a escola não pode mais ser uma instituição voltada para antigas práticas educacionais, pois esta deve compreender seu papel social, onde seus alunos possam ter uma educação voltada para o desenvolvimento de sua criticidade. Ao refletir sobre isto, desenvolveu-se esta pesquisa, tendo em vista o ensino da disciplina História.

Através do tema: O Ensino de História e a Prática em sala de aula, delimitou-se pela contribuição desta disciplina para a formação crítica dos educandos do nono ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública Estadual na cidade de Parnaíba-PI. Esta escolha se deu por ser um assunto muito tocado, porém pouco aplicado dentro das salas de aula.

Buscou-se tratar da forma como a História vem sendo trabalhada, tendo como hipóteses: algumas aulas ainda continuam sendo desenvolvidas sob a forma de memorização e repetição oral de textos, a falta de recursos didáticos dificulta o trabalho em sala de aula e a não contextualização dos fatos torna a disciplina monótona e exaustiva. A partir deste questionamento este trabalho procura debater: porque a maior parte dos alunos do nono ano do Ensino Fundamental tem dificuldade em compreender a disciplina História junto a sua vida?

Diante disso este trabalho procurou verificar os possíveis motivos que levam estes educandos a não compreenderem a disciplina.

Tendo como objetivos específicos: refletir sobre o desenvolvimento histórico da História enquanto disciplina; discutir sobre como a disciplina está sendo trabalhada na sala de aula; e examinar o ensino da disciplina tendo como referência o livro didático e a relação professor/ aluno/ escola.

No capítulo I discorreu-se sobre a implantação da disciplina no currículo aos dias atuais, relatando suas características em épocas distintas.

No capítulo II procurou-se examinar o ensino da História tendo como referência o livro didático e a relação professor/aluno/escola, discutiu-se sobre como este ensino vem sendo trabalhado dentro das salas de aula e suas perspectivas.

Nos capítulo III trabalhou-se a análise de alguns gráficos que tinham como objetivo analisar algumas hipóteses apontadas, como por exemplo a forma tradicional de muitos educadores agirem durante as aulas e a falta de recursos didáticos.

Tendo como método de abordagem o hipotético-dedutivo, considerado a partir da formulação de hipóteses, os dados coletados foram resultado da aplicação de questionários, ou seja, é uma pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa, com o levantamento de dados estatísticos, analisados e interpretados por meio de gráficos e comentados de forma crítica e imparcial.

Deve-se ter em mente que a História não se esgota, há sempre novos objetos dignos de interpretação e essa é uma das contribuições verificadas em meio a este estudo, pois é através da conscientização dos eventos que sucederam-se no passado e configuram a realidade em que se está que se enfatiza a importância incomensurável desta disciplina.

## CAPÍTULO I

### 1 O Processo Histórico da Disciplina História

A disciplina História é um conteúdo constante do currículo das escolas. A partir da constituição do Estado Brasileiro esta disciplina teve sua formulação diversificada durante alguns períodos políticos. Deve-se destacar a primeira lei sobre a instrução Nacional do Império do Brasil, onde revelava-se que o conhecimento histórico era utilizado como catequese, um instrumento apenas de aprender a moral cristã, esta lei fazia parte do decreto das escolas de primeiras letras de 1827. Neste caso fica claro que não havia distinção entre as idéias morais e religiosas do ensino laico, pois o ensino religioso prevalecia no currículo dando visibilidade à aliança estabelecida entre Estado e Igreja.

Há ainda o caso de que a disciplina era optativa nos programas das escolas, nesta linha de pensamento afirmava-se que a História era apenas uma disciplina permitida pelas autoridades. Dentro dos planos de estudos das escolas instituíam-se esta disciplina apenas como propagadora de “idéias nacionais”. Sua constituição como disciplina autônoma ocorreu apenas em 1837, com a criação do colégio Pedro II no Rio de Janeiro, inaugurava-se o primeiro Colégio Secundário do País, que tinha uma formulação peculiar, pois apesar de público era pago e destinado às elites. Neste mesmo ano era fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A disciplina seguia um modelo eurocêntrico, ou seja, contava os acontecimentos relativos à Europa como exemplo de civilização a ser seguido. Vale lembrar que os valores religiosos permaneciam embutidos dentro da disciplina, ocupando uma posição privilegiada.

Somente no ano de 1855 é que a História do Brasil foi introduzida no ensino, novamente ao lado da História Nacional encontrava-se a História Sagrada. No decorrer de 1870 através de concepções científicas vê-se surgir disciplinas de ciências físicas e naturais.

Do ponto de vista da história ensinada havia alguns traços da atualidade, pois a precariedade das escolas indicava que entre as propostas de ensino e a sua real efetivação na prática ainda era uma realidade distante. Isto se dava em parte pela falta de compromisso dos professores e a pouca exigência por parte das autoridades escolares, pois a intenção neste caso era o cumprimento de disciplinas como Gramática, Aritmética e o

ensino da Doutrina Religiosa, uma vez que as disciplinas consideradas facultativas eram pouco praticadas, ou melhor, pouco desenvolvidas.

Havia ainda o agravante dos materiais didáticos os quais eram escassos, em boa parte restringiam-se apenas ao discurso do professor e alguns livros didáticos. Os livros eram formulados como se fossem um manual de catecismo com perguntas e respostas relacionadas à religião, com baixo nível de dificuldade, mostrava-se apenas a memorização de alguns fatos.

Com a implantação da República, surgem novos desafios em relação ao ensino, diante de uma conjuntura educacional onde a maioria da população brasileira era analfabeta, neste ponto tinha-se a intenção de transformar o país. Neste sentido a transformação estaria ligada a formação de um ideário patriótico, onde a escola teria o papel de alfabetizar a população, mediante a construção de uma moralidade e também de uma identidade nacional, até mesmo pela presença significativa de estrangeiros no país, o que comprometia o sentido de uma brasilidade.

Pedagogicamente havia embates na reelaboração dos currículos, onde se dividia as opiniões entre a adoção de disciplinas exatas ou apenas humanas. Toda esta discussão estava intimamente relacionada a idéia de modernização e de formação de um sentimento nacional. Com isso ganhou-se maior autonomia para ambas as disciplinas e a história passou a ocupar no currículo a missão de formar um cidadão patriótico.

Aos poucos a moral religiosa foi sendo substituída pelo civismo, neste ponto vê-se prevalecer certos rituais dentro das escolas como festas e desfiles cívicos, onde a celebração de culto a símbolos da pátria deveriam ser parte integrante do cotidiano escolar.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Reforma Francisco Campos na década de 1930 vê-se prevalecer o poder do Estado na Educação, pois as escolas ganhavam equiparação, porém os programas e métodos seriam produzidos pelo próprio Ministério, com o intuito de centralizar o ensino, inclusive sendo inspecionado pelo poder do Governo Federal Nesta perspectiva Chauí (1980) ajuda a evidenciar que os currículos e programas oficiais constituem-se como um instrumento mais poderoso de intervenção do Estado no ensino, onde o controle da informação a ser transmitida equipara-se a formação pretendida.

Uma crítica destacável neste período reside na forma como a História era

ensinada, pois o ensino da disciplina era idêntico em todo o país, com ênfase a História Geral. Nos programas não havia mudanças, nem no material didático, muito menos no modo como a História era ensinada, apenas confirmava-se a tentativa de decorar alguns fatos históricos como forma de aprender a disciplina.

Ao longo dos anos seguintes a história tenderá a brigar por seu espaço, a penetração de ideais da pedagogia norte-americana tinha como intuito substituí-la pela disciplina Estudos sociais, enfocando a perda do caráter cívico e moralizante. A História era vista como uma disciplina que merecia cuidados especiais, principalmente nos anos pós-guerra, nesta perspectiva a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura). Passou a interferir na elaboração dos livros escolares e nos programas curriculares, onde se objetivavam conteúdos mais pacíficos.

A partir da Lei nº 5.692/71 durante o governo militar a história junto com a geografia foram substituídas pelos estudos sociais, que ao lado de outra disciplina intitulada Educação Moral e Cívica tornaram-se fundamentos dos estudos históricos.

Este projeto era justificado pela necessidade de estudos sobre a vida e o que estava próximo do aluno, partia do mais próximo ao distante, por exemplo, do bairro para se chegar ao município, estado, o país.

No entanto, não deveria ser ensinada nas séries iniciais, por ser considerada distante dos alunos, triste afirmação, pois não considerava o senso crítico da turma, nem procurava instigar indagações, tornando-se uma espécie de ilusão.

O aluno deveria ter a noção de tempo cronológico, com todas as datações do calendário, seguindo uma seqüência, passado – presente - futuro. Essa forma de ensino prende o aluno na noção de verdade absoluta, destituindo dele o poder de criticar, pois os fatos lhe são propostos como únicos e indiscutíveis.

Por essa época estimulou-se a criação de cursos de licenciatura curta, para atender a demanda de alunos que agora não tinham mais que fazer exame de admissão para as escolas. Porém as mudanças não acompanhavam as necessidades de melhorias no ensino, aumentavam as vagas nas escolas, mas a qualidade do ensino não.

Com a abertura democrática no fim dos anos 70, professores iniciaram uma fase de reaproximação entre os dois níveis de ensino (básico e universitário) e os debates

para a volta da história e da geografia como disciplinas autônomas ganhavam força, assim como a redefinição profissional, lutas pela recuperação da dignidade salarial e a extinção dos cursos de licenciatura de estudos sociais. Estes profissionais se alinharam junto a historiadores e geógrafos da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História) AGB (Associação de Geógrafos do Brasil). Nos anos 80 os questionamentos pelas reformas curriculares se expandiam, professores reivindicavam participação na elaboração dos currículos. Destaque na entrada de um novo público escolar, pois antes pensara-se apenas na elite ou na classe média alta, agora a clientela era composta de vários grupos sociais. A nova configuração da realidade escolar exigia mudanças no currículo formal e os professores tornaram-se importantes para a configuração deste novo cenário escolar. O desafio para os educadores agora passava a ser a identificação das relações entre as atuais necessidades da sociedade contemporânea e o conhecimento histórico a ser veiculado pelas propostas curriculares.

No interior do processo de redemocratização do país, greve de professores, lutas por eleição diretas, ocorreram conjunto as reformulações dos currículos na maioria dos estados brasileiros.

- A partir da década de 90 as disputas e lutas em termo de uma nova política educacional se fizeram presentes na formulação da nova lei de diretrizes e bases alterando a configuração da disciplina. Nesta perspectiva o ensino de estudos sociais foi substituído pela História e Geografia, as quais voltaram como autônomas.

Algumas mudanças significativas seguiram quanto às propostas, que ordenam o conhecimento histórico por temas (história temática) ou por eixo temático (PCN's), justificado pela impossibilidade de se "estudar toda a história da humanidade". A inovação na formulação destas novas diretrizes reside na flexibilidade dos currículos. O conteúdo da disciplina ensinada assumia agora diferentes imagens nos diversos espaços onde se processam os debates, as discussões e as reformulações, tinham o intuito fundamental de contribuir para a formação do pensamento dos educandos.

Os cursos de Licenciatura curta foram extintos, instituiu-se em 1996 a nova lei de diretrizes e bases da Educação Nacional e no ano seguinte foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e prosseguia-se sucessivamente com novas medidas de mudança na história da educação brasileira, onde os desafios enfrentados na elaboração das propostas residem substancialmente em articular a produção historiográfica

e a prática docente.

A existência e a manutenção da disciplina História reside em seu papel de formador de pensamento, pois esta contribui para o estudo de sociedades de outras épocas e lugares, sendo que possibilita ao aluno conhecer sobre o “outro”, em diferentes momentos históricos. Neste embaralhado de possibilidades ainda há a identidade e a diferença que se completam para a compreensão do que é ser cidadão e suas oportunidades de ação política, pois educando passa a ter uma clara compreensão de autonomia intelectual neste mundo tão competitivo e que exige do indivíduo um senso crítico e coerente com a realidade que está inserido.

Perpassando o artigo 26 em conjunto com o 4º parágrafo da nova LDB (1996) tem-se explícito que:

Art. 26 – os currículos do Ensino Fundamental e Médio devem ter uma base Nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Parágrafo 4º - O ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia.

O documento deixa claro o que se espera durante a elaboração dos currículos, especialmente o de história, pois expressa o que da cultura e da história o estado brasileiro considera necessário. Tanto a LDB quanto os PCN's propõem um ensino impregnado de ideologias. No entanto, deve-se deixar claro que a nova lei trouxe a flexibilização nos currículos, o que se pretende é mostrar que o aluno se depara continuamente como uma série de processos e significados que envolvem a cultura escolar e a cultura da sua própria vida cotidiana e não é apenas um documento que irá configurar seu aprendizado, pois o conhecimento transmitido é bem mais amplo que o espaço escolar. É preciso apenas estruturar o currículo real construído no cotidiano escolar. Cultivar uma postura reflexiva evita que seja cultivado mais adiante atitudes e preconceitos que acabam por desvalorizar a importância desta disciplina, pois o que se espera da história é que esta possibilite atitudes de respeito à diversidade e de criticidade as desigualdades.

## CAPITULO II

### 2 O Ensino de História e seus agentes de participação

O conhecimento histórico é um campo sempre em aberto, seja porque o processo histórico nunca cessa em agregar novos acontecimentos, seja porque existe uma constante releitura dos acontecimentos.

A História envolve-se em um fazer orgânico, ela é viva e mutável, onde a representação do passado e do que é considerado importante é um constante processo de mudanças, que precisa ser submetido a uma ação pedagógica que mude também seus agentes, tornando-se o ponto de partida para se obter o conhecimento histórico. Assim, o ensino de História, concebido como conhecimento precisa buscar o aprimoramento para o exercício da problematização da vida social, comparando problemáticas atuais e de outros momentos de forma crítica e devendo recorrer a possíveis relações com o passado, proporcionando a seus agentes o desligamento com verdades prontas e acabadas. De acordo com Knauss (1996, p. 28).

A história, como forma de conhecimento (...), trata-se de enfatizar que o conhecimento histórico deve ser orientado no sentido de indagar a relação dos sujeitos com os seus objetivos de conhecimento. (...). a partir disso, é preciso considerar que a produção do saber evidencia-se como instrumento de leitura do mundo e não mera disciplina.

Voltando ao passado recente da História da Educação Brasileira, pode-se perceber como a relação entre o ensino de História e a construção da cidadania, por exemplo assume diferentes configurações nos diversos contextos políticos. No projeto educacional implementado nos anos 60 e 70, durante a ditadura militar, a história ensinada tinha como meta fundamental a corrente positivista, nesse conjunto tem-se os mitos nacionais privilegiados sobre a formação de cultura brasileira, trata-se de uma história que tem como lógica a idéia de um início, um meio e um fim determinados; não há espaço para contingências e descontinuidades. Tem como principal característica a exclusão de sujeitos, ações e lutas sociais, transpondo para o aluno a noção de que a História é feita pelos heróis nacionais, políticos e não por eles, por nós, por todos.

A partir dos anos 70 com o processo de redemocratização e de reorganização da sociedade brasileira veio à tona um conjunto de mudanças. Caracterizadas a partir dos

anos 80 com uma revisão do ensino da história, verificável nos currículos e materiais didáticos. Uma outra proposição neste caso é a organização do ensino por temas e problemas, buscou-se romper com a linearidade, onde o ponto de partido não é nem o político-econômico nem o institucional, e sim os problemas da realidade social vivida. Verifica-se nesta linha de pensamento a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997.

## 2.1 O livro didático

Alguns métodos tradicionais de ensino têm sido questionados por historiadores e professores por não desenvolverem um aprendizado substantivo. As primeiras críticas estão direcionadas a formulação do próprio livro didático, pois grande parte dele, não tem conexão com a realidade dos alunos e seus conteúdos são enfadonhos e desprovidos de recursos didáticos atrativos.

Sua leitura em alguns casos é de difícil compreensão, com palavras de duplo sentido ou até sem sentido algum para muitos alunos e no que se refere aos exercícios muitos deixam a desejar, resumem-se a perguntas com respostas óbvias, em alguns casos vagas, sem nexos com a realidade, destituindo do aluno o ato de pensar, criticar, como afirmam os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.30):

(...) A História tem permanecido distante dos interesses do aluno, presa a fórmulas prontas do discurso dos livros didáticos ou relegado a práticas esporádicas determinadas pelo calendário cívico. Reafirmar sua importância no currículo não se prende somente a uma preocupação com a identidade nacional, mas, sobretudo no que a disciplina pode dar como contribuição específica ao desenvolvimento dos alunos como sujeitos conscientes, capazes de entender a História como conhecimento, como experiência e prática de cidadania.

Neste momento histórico em que a preocupação central da sociedade e do Estado é construir uma educação de qualidade, é imprescindível aprimorar a política nacional do livro didático. Nesta linha de pensamento pode-se citar a autora Circe Bittencourt (2008, p. 74) que chama a atenção para o cuidado quanto ao uso do livro didático, ao afirmar que:

Ao se considerar a dimensão das formas de consumo do livro didático, não se pode omitir o poder do professor. Cabe a este, na maioria das vezes a escolha do livro, e sua leitura na sala de aula é determinada também pelo professor. Os capítulos selecionados, os métodos de leitura em grupo ou individual, assim como as tarefas decorrentes da leitura, são opções exclusivas do professor,

mesmo quando inseridas e limitadas por projetos pedagógico estipulado pela escola.

Para isso é preciso aprofundar o processo de avaliação permanente da produção disponível no mercado. O Estado e as escolas públicas e privadas, os maiores compradores, devem exigir os seus direitos como consumidores ativos. Propondo mudanças qualitativas às editoras, exigindo a retirada dos livros desatualizados, os que contenham erros conceituais e os que veiculem preconceitos raciais, políticos e religiosos.

O livro didático é uma fonte importante, mas não deve ser a única. A formação de sujeitos livres, cidadãos do mundo, requer uma atitude de respeito para com o mundo à sua volta, para com o conhecimento produzido, mas também de crítica. O exercício da crítica é a principal ferramenta nas lutas cotidianas.

O livro é a fonte de pesquisa mais utilizada pela população, com isso fica evidente que a abominação dele é incoerente com a realidade da sua praticidade. Espera-se apenas que este não seja visto como detentor de verdade, ou única fonte de apoio ao conteúdo proposto. As visões a respeito de seu uso são contraditórias, fica evidente quando questiona-se alguns educadores, os quais tendem a criticá-lo, porém estes não conseguem ver seu trabalho sem a ajuda do livro, sem a sua utilização de fato. O que se pretende neste caso é apresentá-lo como fonte, uma entre outras. Há jornais, revistas, filmes que podem ajudar o aluno na compreensão de um determinado assunto, há ainda o paradidático, sua utilização na sala de aula contribuiu para diversificar a compreensão de conteúdo proposto pelo professor. Para a disciplina história em particular fica difícil sua compreensão sem texto escrito, por isso a exclusão desta ferramenta não é recomendável para a política em sala de aula.

## **2.2 Relação professor/ aluno/ escola**

Um dos problemas constatados quanto ao ensino de História se refere ao papel do professor junto ao aluno, interrogar o discente sobre qual a importância da História para sua vida é um dos primeiros passos para uma boa relação com este, pois irá ser dialogado desde já suas dúvidas e suas aspirações para com a disciplina. No entanto o que se percebe é a imposição da disciplina como exigência, por fazer parte do currículo escolar, os professores acham que é obrigação do aluno aprender todo o conteúdo do livro, isso faz com que o ambiente se torne negativo e o aluno goste cada vez menos da disciplina. Uma boa relação professor – aluno faz toda diferença neste caso, uma vez que ajuda o aluno nas suas interrogações e o incentiva a estudos complementares quando este se sente bem na

sala de aula.

Outro detalhe encontra-se no que o professor quer passar para seu aluno e como vai passar é uma atividade de suma importância. Assim como um historiador faz um recorte no tempo para direcionar seu trabalho e a partir daí enfatizar o que considera importante representar, o educador da área deve também ter em mente que a História é um processo mutável assim como é a prática pedagógica. Se uma descoberta arqueológica pode ampliar e diversificar o trabalho de alguns historiadores o universo escolar também se modifica e se amplia, pois mudam-se os professores, alunos, com isso é necessário se pensar na renovação do ensino da História, onde os recortes que o professor faz é considerado uma opção política. Diante disto o jornalista Gilberto Dimenstein (2002, p.10) afirma que:

Educadores têm notado como alunos percebem cada vez mais a política como atividade sem princípios, orientada basicamente pela, digamos, ética da vitória. Tal visão é uma das muitas razões que tornam difícil a tarefa de fazer o jovem a se interessar pela História do Brasil, está muita vezes encarada como um encadeamento de fatos e nomes oficiais.

Trazer à tona para sala de aula a importância da política, onde o aluno é personagem principal nessa luta, ajudá-lo em um processo de conscientização política, é uma das direções da História, o professor ao fazer seu corte na História de forma desconectada da realidade pode ocasionar uma fuga do entendimento do assunto, o que vai acarretar um vácuo na mente do aluno.

Todavia, mudar a postura de um professor não é tarefa tão simples assim, neste embaralhado de cartas está a escola, os pais e a sociedade como um todo. Com isso muitos educadores esbarram em inúmeros problemas como: a postura tradicional de algumas escolas agirem e sua resistência a tais formas modernas de se ministrar aulas ou ainda os próprios pais que exigem que seu filho aprenda o máximo dos conteúdos para conseguir entrar numa universidade e por último a próprio aluno que caso o professor mude seus procedimentos é logo taxado como “enrolão,” ou até mesmo que não sabe do assunto.

A conhecida revisão é um estereótipo que tem de ser abolido, pois este tipo de atividade abitola o aluno, o prende a uma quantidade específica de questões, as quais serão cobradas na prova, isso sim torna o aprendizado enfadonho e cansativo, por outro lado se o educador deixa de fazer isso, os pais réclamam que seu filho não consegue aprender. Quanta disparidade com o que se espera que aconteça nas salas de aula, as distorções são

nítidas e difíceis de solucionar.

Somado a tantos outros entraves tem-se ainda o cansaço de muitos educadores, o tédio na repetição de suas falas, como por exemplo, na frase que já virou título de livros: “O Egito é uma dádiva do Nilo”, uma prática rotulativa, passa ano e entra ano, ela é figura carimbada nas explicações sobre o Egito. Isto é afirmar que só há esse caminho, um vício que muitos educadores têm. Precisa-se de uma reflexão sobre a mudança e as permanências necessárias, caso contrário a atividade do professor tenderá a tornar-se insuportável com o passar dos anos. Precisa-se ter consciência que qualquer prática em sala de aula nasce de uma concepção técnica, uma vez construída para si tende a rotular o profissional e a se fixar nele e muitas vezes este para no tempo.

As escolas parecem ter esquecido sua parcela de responsabilidade na formação humanista dos alunos. A História como disciplina é um instrumento valioso para essa formação, integra-o num mundo de descobertas, no entanto algumas escolas parecem andar na contramão da História, onde se vê docentes levados pela velocidade que norteia à essa sociedade de consumo que o neoliberalismo parece ter construído. Ao alienar estes alunos, o professor irar tirar-lhes a oportunidade de adquirir uma visão mais abrangente dessa disciplina, todavia deve-se salientar que estes educadores tem como argumento a falta de tempo que considera pouco para desenvolver tantos conteúdos, o que causa em muitas aulas a descontextualização dos assuntos que são repassados de forma rápida e monótona. Tantos temas que contribuem par o aprimoramento do raciocínio do aluno, tantos conteúdos deixados a parte, um crime contra o ensino da História, principalmente no que se refere ao patrimônio cultural da humanidade, os quais tinham que ser articulados ao universo cultural do aluno, quando no entanto o que se vê são meras datas cívicas frisadas quando é chegada sua data de comemoração no calendário.

O educando precisa de uma cultura que vá além da técnica, tem de ser inserido a essa conjuntura que o mundo exige, estar preocupado para ocupar um lugar de destaque na sociedade globalizada a qual está mergulhado e convive de forma anônima e sem senso crítico. Mas, a indagação do aluno sobre a História é qual a sua função prática dentro de sua vida, simples respostas pode ser dada, pois é através de História que se toma conhecimento de nossos antepassados para se chegar a esse estágio civilizatório que se encontra hoje a humanidade, por isso cada estudante precisa se perceber como sujeito histórico para daí compreender a importância incomensurável da História enquanto

disciplina.

### **2.3 As perspectivas do ensino**

O conteúdo de História não é o passado, mas o tempo ou, mais exatamente, os procedimentos de análise e os conceitos capazes de levar em conta o movimento das sociedades, de compreender seu mecanismo, reconstruir seus processos e compara suas evoluções. A educação institucionalizada trabalha basicamente com o escrito, direciona leituras e interfere no processo de aproximação do saber. Por esta razão a escola é a maior responsável pelo processo de reprodução no conhecimento, no entanto, é preciso entender melhor a história da própria escola, para evitar que com isso se permaneça prisioneiro das tradições que tornam sua dinâmica apenas reprodutiva.

Na escola, a história parece virar doutrina e se destina em alguns casos, a formar, reforçar, e manter apenas os valores da nacionalidade. Nessa perspectiva não há lutas, nem desavenças, mas, o estudante também vive fora da escola e continua enxergando além de listas de exercícios, nos quais é obrigado a decorrer datas, nomes e locais para tapear pais e professores, não entendendo para quê, porquê e para quem esse ensino tem realmente serventia. Prosseguindo assim, a escola é vista como espaço privilegiado de conhecimentos inúteis, o que não é atributo apenas das aulas de História.

A inclusão dos temas transversais deve ser considerada nesse contexto, ao colaborar na compreensão de que a disciplina História não é um fim em si mesma, mas um meio de refletir a atuação da escola na construção de alunos cidadãos críticos, que respeitem as diferenças culturais, busquem e pensem sobre os problemas de sua comunidade, atuem firmemente contra mentiras sociais e valorizem o seu patrimônio sócio-cultural, concretizando com isso a plena prática da democracia. Como exemplifica Severino (1992, p.12)

A partir dessa constatação, necessário se faz que a educação represente na sua prática efetiva, um decidido investimento na consolidação da força construtiva de mediação, sempre tentando reverter seu potencial alienador. É a partir dessa exigência que se pode compreender a importância da escola para construção da cidadania.

Ensinar História é também dar aos alunos uma memória comum, que passa pelo reconhecimento de uma cultura, em que a apropriação é fundadora da identidade do cidadão crítico. A história não tem um princípio particular no tempo e espaço, nem um fim particular. É infinita em sua variedade. Pode englobar uma época ou uma vida individual, o

estudo de uma cidade ou de uma nação. Assemelha-se a um labirinto, possui muitas portas de acesso. Para estudar a História com eficiência é preciso assegurar-se de que os processos utilizados são legítimos e que satisfazem os critérios esperados. O que importa é tentar perceber quais são os conteúdos que são imprescindíveis para que os alunos saídos do Ensino Fundamental tenham uma formação histórica que os auxilie em sua vivência como cidadãos críticos. No que se refere às propostas pedagógicas a professora Maria Auxiliadora Shimidt (2006) chama atenção para o compromisso implícito com a produção do conhecimento histórico escolar. O que diferencia as diversas concepções de História é a forma como esses conceitos e procedimentos são entendidos e trabalhados, com o intuito de perceber a complexidade das relações sociais presentes no cotidiano, para que cada aluno se perceba como um ser social, oriundo de determinada classe social, contemporâneo de determinados acontecimentos, cabe ao professor, portanto, aproximar o seu aluno da História, mostrando que gente como ele faz História.

Um dos objetivos do ensino de História consiste em fazer o aluno ver-se como participe do processo histórico. Essa compreensão deve levá-lo a entender que sua História individual resulta de um movimento processual que o conduz também a perceber que ele, faz a História, onde não existem heróis, esse entendimento deve fazê-lo ver que o que existe na realidade são homens e mulheres que fazem o necessário para viver e todas as crises que enfrenta-se hoje dá a História uma importância muito grande. A qualidade de vida, o futuro da civilização humana, do planeta e a origem de todos os problemas sociais e ambientais, estão na falta de educação e na falta do exercício da criticidade. Para entender tudo isso é essencial o ensino da História, pensar o outro, entender as mudanças e permanências é mais que simplesmente entender o passado, estudar a História é trabalhar diferenças e o respeito aos modos de pensar, agir e sentir diferentes dos nossos.

Em si a História é uma disciplina crítica, pois sendo ela um saber em construção que se interpenetra e desenvolve, nos seios das sociedades para defini-las e organizá-las, deve ser o referencial dos saberes a serem apropriados, com suas continuidades e rupturas. O professor precisa saber lidar com isso, para aprender assim a formar cidadãos e consciências. Ao realizar essa tarefa, evidentemente o professor não estará desprezando seu conteúdo, mas antes, através desses conteúdos, ele pode contribuir para a formação crítica de seu aluno. Através da aquisição da criticidade o estudante terá a habilidade de relacionar informações para a sua leitura de mundo.

## CAPÍTULO III

### 3 DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA

Durante a elaboração desta pesquisa instigou-se pela busca da compreensão do porquê estudar História e qual a sua contribuição para a vida do educando. Tendo como ponto de partida o entendimento de que a história busca compreender as diversas maneiras como o ser humano vive e pensa através de épocas e espaços distintos. Ela permite que as experiências sociais sejam vistas como um constante processo ou transformação, um processo que assume formas muito diferenciadas e que é produto das ações do próprio ser humano. Com isso buscou-se pesquisar diretamente com os mais interessados no tocante a explicitação de ser da disciplina, os alunos, os quais responderam um questionário contendo quatro perguntas objetivas. Analisou-se ainda a postura do educador e da direção diante da disciplina, também por meios de questionários, ambos diferentes e contendo no primeiro caso quatro perguntas objetivas e para o segundo caso, duas perguntas apenas, igualmente objetivas. Deve-se enfatizar que antes da aplicação dos questionários foi realizado observações durante as aulas.

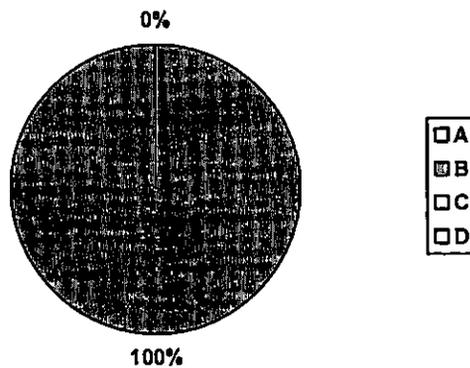
O universo da pesquisa foi composto de uma escola da rede estadual desta cidade. Delimitou-se pela turma do nono ano do Ensino Fundamental, a qual era composta por 44 alunos, sendo que destes apenas 22 foram contemplados para participar da pesquisa. Deve-se deixar claro que esta escolha se deu através de sorteio. Por meio da análise, das observações e da tabulação e construção de gráficos obteve-se o seguinte resultado na primeira pergunta:

1. Você considera a disciplina História fácil?

Tabela I

Respostas	Quantidade	Porcentagem
a- Sim	0	0%
b- Não	22	100%
c- Mais ou Menos	0	0%
d- Às vezes	0	0%
TOTAL	22	100%

Gráfico 1



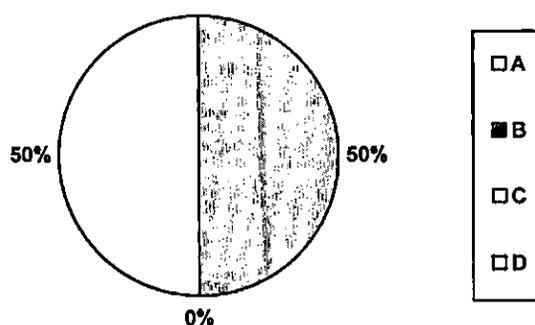
Nesta primeira pergunta fica claro que todos os alunos têm dificuldade em compreender a disciplina. Novamente percebe-se que este trabalho teve sua construção efetiva em meio a inúmeros questionamentos deduzidos, por alunos que se queixam durante as aulas de história. O que mostra que estes vêem a disciplina como algo distante de sua realidade.

Na segunda pergunta tem-se o seguinte resultado:

2. Você costuma estudar História?

Tabela 2

Respostas	Quantidade	Porcentagem
a- às vezes quando interessa-se por um assunto.	11	50%
b – Sim, diante de todos os assuntos	0	0%
c- Não	0	0%
d- Somente para realizar provas	11	50%
TOTAL	22	100%



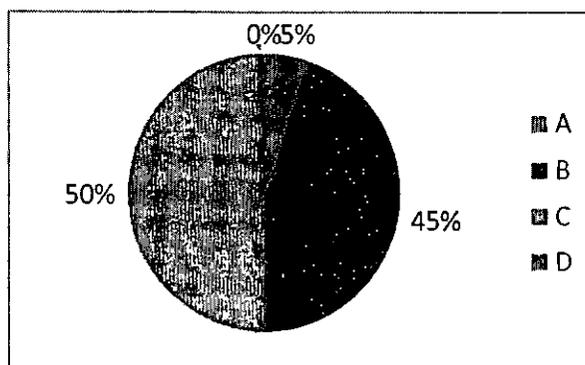
Este resultado aponta para a afirmação de que a turma encontrava-se dividida e repleta de indagações sobre o que a história representa para eles. Neste caso 50% afirmam estudar às vezes a disciplina, resultado do interesse apenas em alguns assuntos vistos por eles como compreensíveis. Contudo observou-se que não há de fato o interesse dos alunos em estudar o conteúdo que lhe agrada, pois as observações apontam para essa ideia. Os outros 50% afirmam conscientemente que somente estudam para a realização das provas, ou seja, o que lhes interessa é apenas a aprovação, uma boa nota e não o conhecimento. Triسته realidade que justifica o repúdio da turma durante as aulas de história.

No gráfico seguinte tem-se a seguinte indagação:

3. Durante as aulas o professor de História costuma usar diversos recursos didáticos para ajudar na compreensão dos conteúdos?

Tabela 3

Respostas	Quantidade	Porcentagem
a- apenas no início do ano letivo	1	5%
b- apenas em algumas aulas	10	45%
c- somente quando é solicitado pelos alunos e direção	11	50%
d- nunca	0	0%
TOTAL	22	100%



Esta pergunta é de indiscutível importância, pois confirma uma das hipóteses apontadas no início deste projeto ao colocar na balança a eficácia que a diversidade de recursos de aprendizagem podem dar a uma aula. A maior parte dos alunos, ou seja, 50% apontam para utilização de recursos didáticos diferenciados apenas quando o professor é solicitado pela turma ou pela direção, realidade essa que trás a tona o desinteresse por parte do professor no que se refere ao desenvolvimento das aulas com o uso de outros recursos, pois como esperar do educando uma postura de maior participação nas aulas, se o professor não tem a preocupação ou até mesmo o interesse em dar a este aluno uma aprendizagem diferente daquela apresentada apenas no discurso por ele proposto. No entanto deve-se salientar que o problema pode residir não apenas na falta de interesse do educador, há ainda a questão da falta de recursos financeiros dentro das escolas para a concretização destas aulas, no entanto, se a escola oferece essa ferramenta e o profissional não a utiliza quando pertinente, conclui-se que existe uma falha nessa relação.

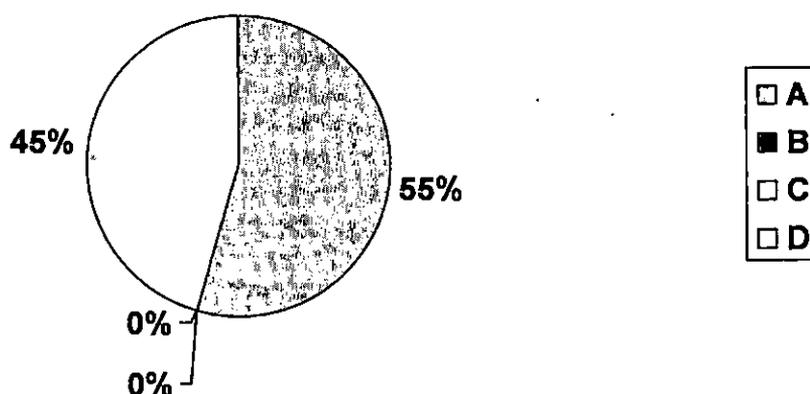
Considera-se imprescindível o compromisso dos profissionais do ensino diante dessa perspectiva, sabendo fazer uso de sua formação docente em prol de uma aula mais eficaz, onde o educando possa conseguir compreender a disciplina e sua importância para a criticidade. O papel da direção diante dessa realidade também é primordial, quando esta não sente que está havendo bons resultados tem o dever de intervir nesse processo, a fim de contribuir para o bom desempenho do trabalho do educador junto a sua turma.

A quarta pergunta do questionário proposto aos alunos é a que justifica esta pesquisa. Tem-se a seguinte indagação:

4. Caso você considere a disciplina História válida para sua vida, assinale qual seria essa validade:

Tabela 4

Respostas	Quantidade	Porcentagem
a- ajudar a passar de ano	12	55%
b- Colaborar para o entendimento apenas do passado	0	0%
c- Resumir a vida dos grandes heróis	0	0%
d- Propor um entendimento de nossa atualidade usando do passado para explicá-lo de forma contextualizada.	10	45%



Inteligentemente, como se pode observar no gráfico acima, a maior parte (55%) dos alunos entende que a história tem a função de ajudá-los a passar de ano e diante disto fica evidente que não há a simples noção por estes da importância incomensurável desta disciplina. Felizmente outra porcentagem significativa (45%) pôde observar que sua validade reside no fato de que é através dela há um entendimento mais aprofundamento da nossa realidade, ao usar do passado para se ver o presente. Há nessa linha de raciocínio a interação passado/presente devidamente contextualizada.

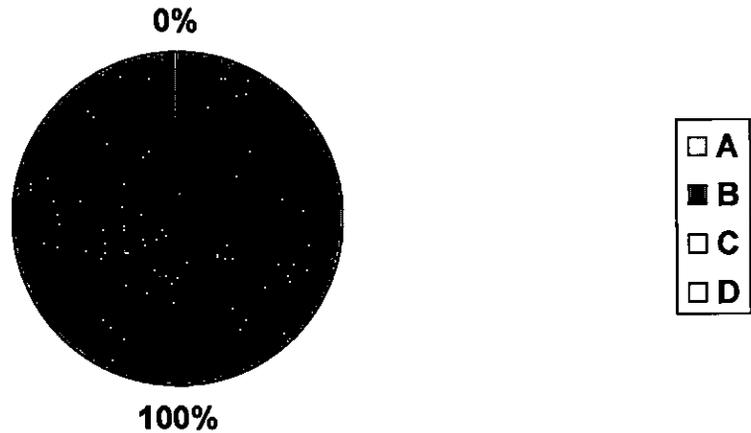
Passando para o questionário proposto aos quatro professores da instituição observada têm-se respostas, bem animadoras, porém não condizentes com a realidade apontada pela turma durante as observações.

Deve-se ter em mente que o perfil do educador em muito influencia nas aspirações dos alunos para com a disciplina, no caso da disciplina história não poderia ser diferente. Quando este, não tem o compromisso com a disciplina tende a torná-la enfadonha e sem importância, diante deste quadro de inquestionável relação indissolúvel que é professor/disciplina procura-se debater algumas respostas que foram apontadas neste questionário que ajudam na compreensão da inquietude de muitos alunos perante a história a partir da segunda pergunta do questionário destinada aos professores. Vê-se a seguinte pergunta:

2. Você considera necessário a introdução da tecnologia nas aulas para torná-las eficazes?

Tabela 2

Respostas	Quantidade	Porcentagem
a- Somente para alguns assuntos	0	0%
b- Sim, pois torna a aula mais dinâmica	4	100%
c- Não, apenas o livro é suficiente	0	0%
d- Não, pois torna a aula mecânica e automática	0	0%
TOTAL	4	100%



Todos os entrevistados concordaram na necessidade da tecnologia para tornar a aula mais eficaz. Nessa perspectiva questiona-se: será que a tecnologia é tão importante para o ensino, que na sua ausência a aula torna-se sem valor? Ou será que alunos e docentes encontram nela uma fuga para seu cansaço após passarem por várias turmas?

O recurso do vídeo deve ser articulado primeiramente com seu devido conteúdo, pois este é apenas um complemento não podendo ser visto como o todo; não há nenhum conhecimento construído com o simples ato de assistir, se não houver um debate dirigido àquela intenção, o seu uso fica restrito ao simples ato de ver.

A internet enquanto fonte de pesquisa é outro aspecto da tecnologia que se faz importante na atualidade e é sem dúvidas um rápido veículo de informação. Porém quando não articulada ao que a disciplina pede pode torna-se apenas em cópia, destituindo do educando, o ato de debater/dialogar/questionar.

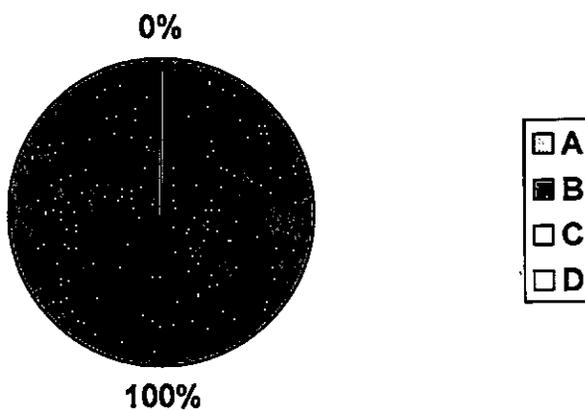
O cenário que se espera de uma aula de história é no mínimo uma roda de debates, onde tanto o professor quanto o aluno possam colaborar para a construção de um dado saber. A tecnologia é nitidamente importante, todavia de nada pode colaborar quando direcionada de forma isolada do que realmente a disciplina espera instigar.

Outra pergunta que pode dar suporte a pesquisa reside na seguinte indagação:

3. Qual seria a razão de boa parte dos educandos não gostarem da disciplina História?

Tabela 3

Respostas	Quantidade	Porcentagem
a- Por que os conteúdos são muito longos.	0	0%
b- Por que são muitas matérias para estudar ao mesmo tempo.	4	100%
c- Por que afirmam que não têm validade para a sua vida	0	0%
d- Por que os livros não são atrativos	0	0%
TOTAL	4	100%



A presença de várias disciplinas juntas no currículo da escola exige do aluno uma postura mais forte diante dos conteúdos, pois são vários os assuntos e a cada momento o aluno se vê diante de um novo conhecimento proposto.

Nessa fase em que se encontram os alunos do nono ano do ensino fundamental é notório a angústia em seus rostos quando são questionados pela família e pela escola para que tirem boas notas, já são inclusive pressionados no que se refere a futuro profissional.

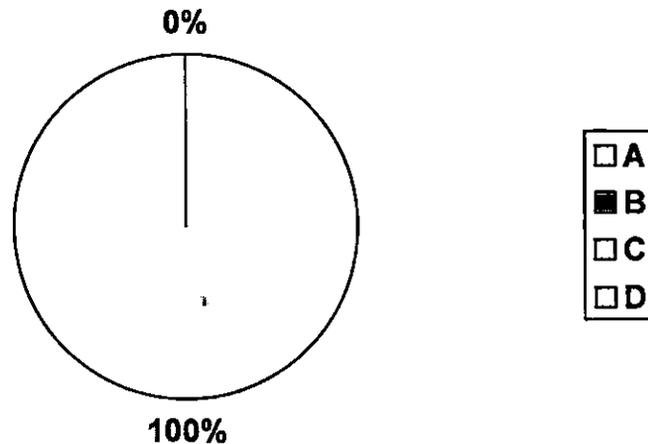
Deve-se ter em mente que esse público analisado está mergulhado em uma sociedade competitiva e que exige dos alunos uma postura crítica diante de sua realidade. Estes alunos estão numa fase da vida em que as escolhas parece-lhes apontadas como obrigatórias e de extrema urgência, onde o medo do errar os aflige e os deixa cada dia mais dubioso do que deve ser escolhido, do que é certo, do que é prático para sua vida e quando se deparam com a disciplina história essa praticidade parece não existir, entendem que esta serve apenas para fazer entender o que já passou e sua finalidade é a aprovação no final do ano letivo.

Sendo assim, questionou-se a alguns professores sobre qual a finalidade da disciplina história. Tendo-se como resposta o seguinte gráfico:

#### 4. Qual seria a finalidade da História?

Tabela 4

Respostas	Quantidade	Porcentagem
a- Ajudar na compreensão do mundo atual.	0	0%
b- Colaborar com a aprovação dos educandos no vestibular	0	0%
c- esclarecer dúvidas do passado	0	0%
d Construir um ser social crítico e consciente do seu mundo.	4	100%
TOTAL	4	100%



Como pode ser observado todos concordaram que sua funcionalidade é construir um ser crítico e consciente de seu mundo, porém percebe-se que ela não é assim apresentada a turma, as justificativas residem no fato anteriormente apresentado, por exemplo, como esperar do meu aluno uma visão crítica da história se este está mais preocupado em tirar uma boa nota em outras disciplinas, ou até mesmo quando este estuda apenas com a intenção de decorar alguns fatos não atentando para o ato de questionar o professor, debater suas dúvidas, comparar um assunto proposto com os dias atuais.

O enfoque esperado neste ponto é apresentar um dado de referencial de estudo como uma discussão, que requer análise para a partir daí chegar em uma compreensão da dinâmica social e a contribuição diante das percepções das continuidades e discontinuidades do processo histórico.

Acredita-se que só ensina história quem ousa decifrar horizontes, quem desconstrói discursos e quem não apenas fala, mas também ouve. Seguindo esta perspectiva tem-se a seguinte reflexão, de acordo com Villalta (1998, p. 15):

[...] Os professores, em conformidades com os objetivos que fixar previamente, seleciona os recursos e organiza as atividades por meio das quais levará seus alunos a reconstruírem – isto é, a construírem de novo, a elaborarem o que já está feito pela historiografia – o conhecimento histórico.

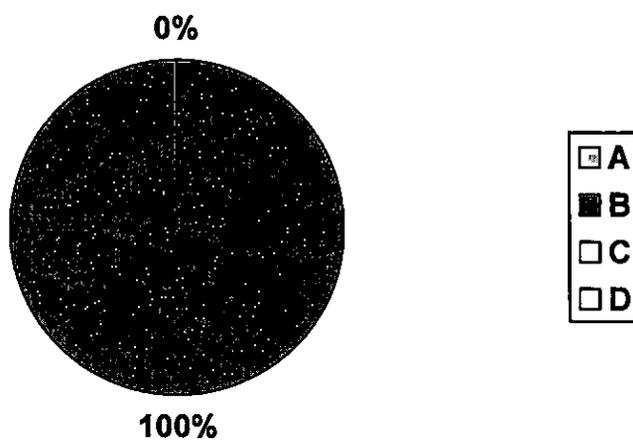
Perpassando para a postura da direção diante da disciplina história, analisaram-se como estes concebem o papel do professor da área.

Sendo assim teve-se como resultado este gráfico:

1. Qual o papel do professor de História?

Tabela 1

Respostas	Quantidade	Porcentagem
a- Ajudar o aluno a passar no vestibular	0	0%
b- Conscientizar o educando de sua responsabilidade social.	3	100%
c- Repassar o conteúdo de livros didáticos	0	0%
d- Fazer com que o aluno compreenda apenas o passado.	0	0%
TOTAL	3	100%



Tanto o gestor quanto os coordenadores afirmam que o papel do educador é conscientizar o educando de sua responsabilidade social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio que norteou todo o debate até aqui desenvolvido foi a contribuição da disciplina Histórica para a formação crítica dos educandos, tema este que vem sendo alvo de inúmeros trabalhos realizados por profissionais da área. Tal meta não é um objetivo novo, embora seja uma questão necessária para as sociedades em transformação que exigem atuações criativas para a manutenção de seu desenvolvimento, está expressa em currículos desde os anos 50. A inovação aqui reside na compreensão do sentir-se sujeito histórico.

Ao pensar a História como disciplina fundamental para formar, emancipar e libertar tem-se nela o papel de construção da consciência histórica dos homens, possibilitando-os a intervir de forma crítica nos debates e questionamentos em torno dos problemas de ordem política, econômica e social, que afligem a sociedade. Para tanto deve-se ter em mente que o significado de ensinar história processa-se no interior de lutas políticas e culturais, onde procura-se desvendar a lógica das relações que envolvem tanto a produção quanto a difusão do conhecimento, apontando limites, possibilidades, desejos e necessidades historicamente construídas.

Alguns alunos em condição de receptáculos de informação, conteúdos, currículos, livros e materiais didáticos, na maioria das vezes desinteressantes, que eles lutam por decifrar, entender, queixam-se diante da insegurança e temor que sentem frente aos instrumentos de poder aos quais estão submetidos: exames, julgamento de colegas, professores e da família.

Pedagogicamente buscam na verdade sua autonomia, procuram convencer-se da validade do que lhes é proposto, desejando pensar por si mesmos, serem reconhecidos e compreendidos diante de sua própria História. Cabe ao professor da disciplina dar ao aluno ferramentas necessárias ao saber fazer, onde este possa captar e valorizar a diversidade dos pontos de vista, levantar problemas e reintegrá-los num conjunto de outros, a procura de transformar cada aula de História em um grande círculo de debates.

Quando foi indagado no início e confirmado no término desta pesquisa que algumas aulas continuam na base do “decoreba” optou-se por instigar o real sentido de se estudar História, sabe-se que esta herança não é apenas opção do educador.

O professor deve mostrar que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom, nem mesmo como uma mercadoria que se compra, mas que é uma disciplina que necessita de uma atenção, debate, discussão, a fim de chegar a um conhecimento efetivo. Este deve dar condições para que seu aluno possa participar do processo de aprendizagem, de fazer, do construir a História.

Nessa perspectiva a escola é concebida como instituição social que concretiza as relações entre educação, sociedade e cidadania, sendo uma das principais agências responsáveis pela formação das novas gerações. Trata-se de uma organização, espaço produtor de uma cultura, com objetivos, funções e estrutura definidas. Realiza a mediação entre as demandas da sociedade, do mercado e as necessidades de autorealização das pessoas. É parte integrante da sociedade, interage, participa, intervém, transforma-se junto com a sociedade e também colabora na participação das mudanças sociais.

A pesquisa demonstra que os objetivos dos alunos, professores e direção parecem não andarem juntos. O discurso proferido por estes são contraditórios, os primeiros julgam a disciplina, a condenam de vaga e sem praticidade, já segundo os professores ela tem sim a praticidade de desenvolver no ser humano o senso crítico, pois oferece ao educando a possibilidade de posicionar-se de maneira responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando do diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

Conscientes dessa validade têm-se como crítica o porquê destes não trabalharem assim a disciplina na sala de aula, já que a idéia de memorização, de decoração é mais enfocada nas aulas que foram observadas. Do mesmo modo encontram-se os gestores que falam em desenvolvimento, porém preocupam-se apenas em manter uma imagem de responsável com a aprovação, sendo que sua responsabilidade é orientar os alunos nas situações problemáticas do seu dia-a-dia, não devem preocupar-se com o simples ato de passar informação, pois como já foi esplanada em capítulos anteriores informação difere de conhecimento. A importância estimada é a troca de experiências, possíveis de debates, não há verdades, o que existe são discursos e cabe ao professor junto com a escola esclarecer isto aos alunos, com o propósito de extrair destes a multiplicidade de pensamentos, ideais, opiniões, resultando em uma capacidade de fazer com que se encaixe no seu quadro racional as explicações esperadas e procuradas. A partir dessa

prática de debates, o aluno terá em sua frente um entendimento dessa matéria tão enfadonha como a julgam e a classificam.

Tal dilema tenderá a se findar quando a teoria passar a ser a prática e a unificação de escola e família colabore com as debilidades dos alunos, não basta professor e teorias, deduzir fatos, é necessário articular a disciplina com o cotidiano dos alunos, a partir daí pode-se esperar um conhecimento racional, sistemático, verificável e discutível, portanto confirma-se que a realidade da sala de aula continua distante do esperado e retratado em algumas perguntas analisadas dentro dos gráficos.

O que se percebe é que a imagem passada é de compreensão da razão de ser da disciplina, porém a prática por estes trabalhada difere do propósito, causando no aluno a fuga da compreensão da disciplina, o que foi afirmado quando estes responderam que consideram-a difícil, somado a falta de recursos diversificados, o não costume de estudar para debater e sim para passar de ano contribui para o dilaceramento do entendimento. Enquanto professores prezarem discursos contraditórios não haverá razão de ser da disciplina, enquanto o pensamento para si for um e para a turma for outro, não pode haver conhecimento, irá existir apenas uma triste ilusão, onde um finge que ensina e o outro finge que aprende.

Conclui-se que, para avançar na questão do ensino de História, tem-se que assumir a responsabilidade social e política com o momento presente. Fazer do ensino, de fato, uma prática social. Essa luta se trava em vários espaços, no teórico metodológico, implica romper com a maneira tradicional de conceber o conhecimento, sua produção e transmissão, inteiramente dissociada da realidade social, de sua existência concreta, da base real e material sobre a qual se constrói o todo social. Para que haja um efetivo trabalho pedagógico, é necessário uma política de ensino que contemple diferentes instâncias do processo educativo e contínua atualização, onde o processo educativo seja visto e pensado como um todo.

A discussão até aqui desenvolvida não se encerra, pelo contrário recomenda-se maiores estudos sobre este assunto, pois uma nova concepção de ensino de história deve esta comprometida com a ampliação de condições necessárias para a efetivação da prática da criticidade.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Cice (org). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_.BRASIL (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (lei nº 9.394). p 52 – 53.

\_\_\_\_\_.BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia Brasília: MEC/SEF, 1997.

CHAUÍ. M. de S. **Ideologia e Educação. Educação e Sociedade**. São Paulo, n.5,1980. p.24-40.

\_\_\_\_\_.FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 14/07/2002, Caderno Cotidiano.

KNAUSS, Paulo. **Sobre a norma e o obvio**: A sala de aula com lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sonia Maria Leite (org). **Repensando o Ensino de História**. São Paulo: Cortez, 1996.

NIKITIUK, Sonia Maria Leite (org). **Repensando o Ensino de História**. São Paulo: Cortez. 1996. p 9.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**: Pensando e Ação no Magistério. São Paulo: Scipione, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **A escola e a construção da cidadania**. In: SOCIEDADE CIVIL E EDUCAÇÃO. Campinas: Papyrus, 1992.

VILLALTA, Luis Carlos. **O Ensino de História e a Metodologia da Investigação**. Caderno professor. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação / centro de referencia do professor. n. 3, 1998. p 15 – 22.

## **APÊNDICE**



## DOCENTES

1. Por que você escolheu ser professor de História?

- a) (     ) Por que gosto da matéria
- b) (     ) Por que era minha oportunidade de ter curso superior
- c) (     ) Por que considero a disciplina fácil
- d) (     ) Por que sempre desejei ser professor (a) de História.

2. Você considera necessário a introdução da tecnologia nas aulas para torná-las eficazes?

- a) (     ) Somente para alguns assuntos
- b) (     ) Sim, pois torna a aula mais dinâmica
- c) (     ) Não, apenas o livro é suficiente
- d) (     ) Não, pois torna a aula mecânica e automática

3. Qual seria a razão de boa parte dos educandos não gostarem da disciplina História?

- a) (     ) Por que os conteúdos são muito longos
- b) (     ) Por que são muitas matérias para estudar ao mesmo tempo.
- c) (     ) Por que afirmam que não têm validade para a sua vida
- d) (     ) Por que os livros não são atrativos

4. Qual seria a finalidade da História?

- a) (     ) Ajudar na compreensão do mundo atual.
- b) (     ) Colaborar com a aprovação dos educandos no vestibular
- c) (     ) esclarecer dúvidas do passado
- d) (     ) Construir um ser social crítico e consciente do seu mundo.

## **DIREÇÃO**

1. Qual o papel do professor de História?

- a) (     ) Ajudar o aluno a passar no vestibular
- b) (     ) Conscientizar o educando de sua responsabilidade social.
- c) (     ) Repassar o conteúdo de livros didáticos
- d) (     ) Fazer com que o aluno compreenda apenas o passado.

2. Você considera o livro didático suficiente para a compreensão da História?

- a) (     ) Apenas em alguns assuntos
- b) (     ) Sim
- c) (     ) depende da forma que o professor o utiliza
- d) (     ) não